

Ilma Sra. Dra.  
NEUSA DE AZEVEDO  
D. D. Delegada Regional do Trabalho/RS.

O **Sindicato das Lavanderias e Similares do Estado do Rio Grande do Sul**, com sede à rua Ernesto da Fontoura, nº 1088, sala 01, Bairro São Geraldo, em Porto Alegre, RS, inscrito no CNPJ sob o nº 04.429.935/0001-49, com registro no Ministério do Trabalho – CNES sob o nº 46000.000635/00, tendo abrangência estadual e base territorial em todo o Rio Grande do Sul, por seu representante legal- presidente - Joarez Venço, portador do CPF sob o nº 445.615.200/15, conjuntamente com o **Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul**, com sede social à Rua Bento Gonçalves, 2187, Centro – Caxias do Sul – RS, inscrito no CNPJ sob o nº 88 667 191/0001-90, com registro no Ministério do Trabalho – CNES sob o nº 46000.016131/00, por seu representante legal – presidente - Jair Ubirajara da Silva, portador do CPF 377.225.810/72, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/TEM nº 01, de 24 de março de 2004, Solicita o depósito, registro e posterior arquivamento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelos representantes autorizados nas Assembléias realizadas nos seguintes locais e horários: Assembléia da categoria profissional: Realizada em 16 de dezembro de 2004, às 17:00 horas, em primeira convocação e às 18:00 horas em segunda e última convocação, tendo por local a sede social do sindicato, à rua Bento Gonçalves, 2187, em Caxias do Sul, RS. Assembléia da categoria econômica: Dia 26 de janeiro de 2005, na rua Ernesto da Fontoura, 1088, sala 01, em Porto Alegre, RS, às 18:30 horas em chamada única.

Para tanto, apresentam uma via original do instrumento a ser depositado, registrado e arquivado, e mais duas vias para serem devolvidas às partes, nos termos do inciso II, do art. 4º da Instrução Normativa SRT/MTE nº 01, de 24 de março de 2004.

Nestes Termos,  
Pedem Deferimento.

Porto Alegre, 23 de maio de 2005.

Sindicato Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares.  
E em Turismo e Hospitalidade de Caxias de Sul  
Jair Ubirajara da Silva – Presidente  
CPF: 377.225.810/72

Sindicato das Lavanderias e Similares do Estado do RGS  
Joarez Venço – Presidente  
CPF: 445.615.200-15

## **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

O **Sindicato das Lavanderias e Similares do Estado do Rio Grande do Sul**, com sede à rua Ernesto da Fontoura, nº 1088, sala 01, Bairro São Geraldo, em Porto Alegre, RS, inscrito no CNPJ sob o nº 04.429.935/0001-49, com registro no Ministério do Trabalho – CNES sob o nº 46000.000635/00, tendo abrangência estadual e base territorial em todo o Rio Grande do Sul, por seu representante legal- presidente - Joarez Venço, portador do CPF sob o nº 445.615.200/15, conjuntamente com o **Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul**, com sede social à Rua Bento Gonçalves, 2187, Centro – Caxias do Sul – RS, inscrito no CNPJ sob o nº 88 667 191/0001-90, com registro no Ministério do Trabalho – CNES sob o nº 46000.016131/00, por seu representante legal – presidente, Jair Ubirajara da Silva, portador do CPF 377.225.810/72, considerando que a prática permanente da negociação conduz as partes a buscar alternativas e mecanismos capazes de solucionar os conflitos coletivos, RESOLVEM celebrar, com fulcro no art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, obrigando-se da forma abaixo aduzida:

**Beneficiados:** Empregados em lavanderias nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Guabijú, Nova Prata, Protásio Alves, São Marcos, São Jorge, Veranópolis, Vila Flores, e Vista Alegre do Prata, nas empresas coordenadas pela entidade patronal acordante na mesma base territorial.

### **CLÁUSULA 01 - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão majorados em 1º de março de 2005 no percentual de 8% (oito por cento), a incidir sobre os salários resultantes da última convenção coletiva firmada entre as partes.

### **CLÁUSULA 02 - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL**

A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base.

Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela a seguir:

<b>MÊS DE INGRESSO</b>	<b>REAJUSTE PROPORCIONAL (%)</b>
<b>ABRIL/04</b>	7,33
<b>MAIO/04</b>	6,67
<b>JUNHO/04</b>	6,00
<b>JULHO/04</b>	5,33
<b>AGOSTO/04</b>	4,67
<b>SETEMBRO/04</b>	4,00
<b>OUTUBRO/04</b>	3,33
<b>NOVEMBRO/04</b>	2,66
<b>DEZEMBRO/04</b>	2,00
<b>JANEIRO/05</b>	1,33
<b>FEVEREIRO/05</b>	0,67

### **CLÁUSULA 03 - EMPREGADO NOVO**

Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

### **CLÁUSULA 04 - COMPENSAÇÕES**

Após calculada a recomposição salarial serão compensados os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o prazo de vigência do acordo coletivo anterior, exceto os provenientes de término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

### **CLÁUSULA 05 - PISOS SALARIAIS**

Ficam instituídos os seguintes salários mínimos profissionais, a partir de 1º.MAR.2005:

- Ingresso (Período de experiência) R\$ 350,00 (Trezentos e cinqüenta reais)
- Normativo Geral: R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais)

### **CLÁUSULA 06 - HORAS EXTRAS**

As duas primeiras horas extras diárias trabalhadas serão pagas com adicional de 50% (cinqüenta por cento) e as subseqüentes com adicional de 100% (cem por cento).

### **CLÁUSULA 07 - DESCANSO**

Sempre que os empregados tiverem que trabalhar sem a devida compensação de descanso, receberão remuneração em dobro pelo dia de folga trabalhado, nos termos da Lei nº 605/49.

### **CLÁUSULA 08 - QUINQUÊNIOS**

Os empregados perceberão um adicional de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos consecutivos de trabalho efetivo para o mesmo empregador que incidirá, mensalmente, sobre o salário básico do empregado, que integrará sua remuneração para todos os efeitos legais.

### **CLÁUSULA 09 - QUEBRA DE CAIXA**

Os empregados que exerçam a função de caixa, exclusivamente, perceberão um adicional no valor de 10% (dez por cento) do salário mínimo profissional, a título de "quebra de caixa", ficando convencionado que o valor percebido não integra o salário para qualquer efeito legal.

### **CLÁUSULA 10 - GARANTIA DE EMPREGO PARA A GESTANTE**

Fica assegurado para a empregada gestante uma garantia de 90 (noventa) dias após o retorno do benefício previdenciário, de conformidade com o que dispõe o inciso XVIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

### **CLÁUSULA 11 - LICENÇA PATERNIDADE**

As empresas concederão a seus empregados, por ocasião de nascimento de filho, licença-paternidade remunerada, de cinco dias.

### **CLÁUSULA 12 - GARANTIA DE EMPREGO ACIDENTE DO TRABALHO**

Ao empregado vítima de acidente do trabalho fica assegurada a garantia de emprego prevista no art. 118 da Lei 8.213/91.

### **CLÁUSULA 13 - UNIFORMES**

A empresa que exigir o uso de uniforme terá que fornecê-lo gratuitamente aos empregados, que devolverão o mesmo por ocasião de rescisão do contrato, ou em casos de substituição, no estado em que estiver.

## **CLÁUSULA 14 - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

As empresas, quando do pagamento dos salários, férias, e demais parcelas remuneratórias ficam obrigadas a fornecer aos empregados cópias dos respectivos recibos.

### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

**DATA DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS:** O salário e demais componentes que integram a remuneração deverão ser pagos, impreterivelmente, até o quinto dia útil seguinte ao mês de competência, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo salarial.

## **CLÁUSULA 15 - PRAZO PARA PAGAMENTO DA RESCISÃO**

Quando da rescisão do contrato de trabalho, ficarão as empresas obrigadas ao pagamento dos direitos rescisórios e anotações da CTPS nos seguintes prazos:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) até o décimo dia, contado da notificação da demissão, quando da ausência de aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A inobservância dos prazos acima, sujeitará o infrator às multas previstas no parágrafo oitavo do artigo 477 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Não caberá multa:

- a) se o empregado não comparecer no local, no dia e hora designados para o pagamento ou, comparecendo, negar-se a receber as importâncias que lhe são oferecidas;
- b) se a empresa promover ação de consignação em pagamento em depósito, no prazo legal.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Em se tratando de rescisão na sexta-feira ou em véspera de feriados, fica ajustado que o pagamento em cheque deverá ocorrer até 2 (duas) horas antes do término do horário bancário.

## **CLÁUSULA 16 - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

O empregado que tiver seu contrato resilido por iniciativa do empregador e sem justa causa, que comprovar a obtenção de novo emprego, será dispensado do cumprimento do restante do período de aviso prévio. Neste caso terá o empregado direito a satisfação dos dias já trabalhados e dos demais direitos rescisórios sem qualquer prejuízo, no prazo previsto neste acordo sob pena do pagamento da multa ali inserida.

## **CLÁUSULA 17 - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL**

Os empregados com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, ou mais, com 5 (cinco) ou mais anos consecutivos na mesma empresa ao serem demitidos terão direito a 45 (quarenta e cinco) dias de aviso prévio, desde que preencham ambos os requisitos.

## **CLÁUSULA 18 - DESCONTOS**

Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de fundações, cooperativas, previdência privada, transporte, seguro de vida em grupo, farmácia, convênio com médicos, dentistas, clínicas, óticas, funerárias, hospitais, casa de saúde e laboratórios, convênio com lojas, convênios com fornecimento de alimentação, seja através de supermercados ou por intermediação do SESC o SESI e cesta básica.

## **PARÁGRAFO ÚNICO**

Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas pelo empregado.

## **CLÁUSULA 19 - INTERVALOS**

O intervalo entre um turno e outro de trabalho poderá ser dilatado até o máximo de 4 (quatro) horas, independentemente de acordo escrito entre empregado e empregador.

## **CLÁUSULA 20 - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

O substituto fará jus ao salário do substituído enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual.

## **CLÁUSULA 21 - ESTABILIDADE AO APOSENTANDO**

Fica assegurada a estabilidade provisória necessária à concessão do benefício da aposentadoria, ao empregado que mantenha contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para a concessão da estabilidade acima prevista, o empregado deverá comprovar a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, à vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência de tempo de serviço necessário à concessão do benefício.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

## **CLÁUSULA 22 - COMUNICAÇÃO DA RESCISÃO**

A comunicação de rescisão contratual, quer de parte do empregado, ou do empregador, será feita através de carta aviso e, se por justa causa, com especificação desta, indicando em qualquer hipótese, o local e a data para o pagamento das parcelas rescisórias. Quando solicitado, o Sindicato dos Trabalhadores poderá fornecer a devida comprovação de presença da(s) parte(s) para a homologação da rescisão.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As rescisões de contrato de trabalho de empregado com 12(doze) meses de serviço ou mais serão feitas perante a entidade sindical profissional, nos termos da legislação vigente.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O empregador deverá entregar na sede do Sindicato na data da homologação, todas as folhas de pagamento do empregado (no mínimo as 12 últimas); todas as guias de recolhimento de FGTS e INSS; livro de registro ou ficha do empregado; CTPS atualizada; Guia de Seguro Desemprego preenchida; atestado demissional (conforme portaria 24/94); RSC dos últimos sessenta meses ou período trabalhado; carta de preposto ou procuração do representante da empresa; comprovante de entrega da declaração da RAIS do último ano; guias de contribuição sindical dos últimos três (03) anos (ambos Sindicatos representativos); guias de recolhimento referentes a contribuição assistencial e ou confederativa (caso existam débitos, quitar os mesmos até a efetiva homologação).

### **CLÁUSULA 23 - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

Os empregados que não tenham requerido o pagamento da 1ª (primeira) parcela da gratificação de natal (13º salário) no mês de janeiro, terão direito à faculdade de pedir e receber o pagamento desta parcela no dia do retorno das férias, incluindo-se no cálculo, o período de férias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos duodécimos já vencidos.

### **CLÁUSULA 24 - ABONO DE FALTA - MÃE TRABALHADORA**

Fica garantida à mãe trabalhadora o abono de falta para acompanhamento à consulta médica de filho de até 10 (dez) anos de idade, mediante comprovação através de atestado médico, limitada a 12(doze) faltas ao ano.

### **CLÁUSULA 25 – ABONO DE PONTO**

Fica estabelecido que as empresas abonarão os períodos de ausência ao trabalho dos empregados.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO - ESTUDANTES**

Fica estabelecido que as empresas abonarão os períodos de ausência ao trabalho dos empregados estudantes para a prestação de exames, matrículas ou qualquer ato em que seja necessária a presença do empregado estudante no estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, cujo horário conflite com seu turno de trabalho, oportunidade em que o empregado estudante deverá avisar da sua ausência ao empregador com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO - FALECIMENTO**

Os empregadores concederão à seus empregados, por ocasião de falecimento de familiares de 1º grau: pais, filhos irmãos e cônjuge, um abono de ponto de 03 (três) dias úteis.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO - CASAMENTO**

Os empregadores concederão à seus empregados, por ocasião de seu casamento, um abono de ponto de 03 (três) dias úteis.

### **CLÁUSULA 26 - FÉRIAS**

Os empregados terão direito ao gozo de férias anuais com, pelo menos, 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O início das férias dos empregados não poderá coincidir com dias que antecedem sábados, domingos ou dias de compensação de repouso.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais, nos termos do Enunciado nº 261 do TST.

### **CLÁUSULA 27 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

Ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR 4, com até 50 (cinquenta) empregados.

As empresas com até 20 (vinte) empregados, enquadradas no grau de risco 3 ou 4, segundo o Quadro I da NR 4, ficam desobrigadas de indicar médico do trabalho coordenador do PCMSO.

As empresas enquadradas no grau de risco 1 ou 2 do Quadro I da NR 4, estarão obrigadas a realizar exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 270 (duzentos e setenta) dias.

As empresas enquadradas no grau de risco 3 ou 4 do Quadro I da NR 4, estarão obrigadas a realizar o exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

### **CLÁUSULA 28 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As empresas aceitarão atestados médicos e odontológicos expedidos pelos profissionais da entidade suscitante, convênios, órgãos públicos de atendimento à saúde e profissionais particulares.

### **CLÁUSULA 29 - AUXÍLIO FUNERAL**

Em caso de falecimento de empregados, as empresas pagarão o valor correspondente a um (01) salário básico percebido pelo empregado, título de auxílio funeral, ficando a empresa isenta deste pagamento no caso de manter seguro de vida em grupo, cujo capital segurado seja, no mínimo, em idêntico valor ao referido auxílio.

### **CLÁUSULA 30 - DESCONTO DAS MENSALIDADES SINDICAIS**

As empresas ficam obrigadas a descontar, em folha de pagamento, e repassar ao Sindicato, as mensalidades devidas pelos integrantes da categoria profissional suscitante, associados do Sindicato.

### **CLÁUSULA 31 - MULTA POR DESCUMPRIMENTO**

As empresas que descumprirem quaisquer das cláusulas do presente pagarão multa mensal equivalente a 10% do Salário Mínimo Profissional, em favor do empregado, independente de multa específica ou outras previsões legais a respeito, ou ao Sindicato Suscitante no que lhe competir.

### **CLÁUSULA 32 - DESCONTO ASSISTENCIAL EMPREGADOS**

As empresas componentes da categoria econômica, descontarão de todos os seus empregados, integrantes da categoria profissional, beneficiados ou não pela presente revisão, sob inteira responsabilidade da entidade profissional e por decisão da assembléia geral dos empregados, a importância mensal correspondente a 1,5 % (um e meio por cento) dos salários percebidos nos meses de abril/2005 a fev/2006, inclusive o 13º salário, a título de Contribuição Assistencial, a ser recolhido ao Sindicato suscitante até o quinto dia útil subsequente ao desconto, sob pena da importância não recolhida ou não descontada ser acrescida de multa de 10% (Dez por Cento), além da correção monetária e juros de mora em favor do Sindicato suscitante.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O desconto supra terá como limite de contribuição mensal, por empregado, o valor de R\$ 8,00 (Oito Reais)

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O desconto a que se refere a presente cláusula fica condicionado a não oposição pelo empregado, manifestada por escrito e individual à entidade profissional, em até 10 (dez) dias após a realização da Assembléia dos Trabalhadores.

### **CLÁUSULA 33 - DESCONTO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As empresas representadas pelo Sindicato das Lavanderias e Similares do Estado do Rio Grande do Sul ficam obrigadas a recolher a esta entidade importância equivalente a 02 (dois) dias de salário de todos os seus empregados do mês de março/05, já reajustado nos termos da presente convenção, devendo proceder o recolhimento aos cofres da entidade até o dia **20.Junho.05**.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Nenhuma pessoa física empregadora ou empresa que possua ou não empregados, poderá recolher a este título importância inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais).

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A contribuição instituída nesta cláusula é ônus do empregador e se constitui em contribuição assistencial que reverterá em benefício da categoria. O pagamento estipulado fora dos prazos estabelecidos nesta cláusula implica nas cominações previstas no artigo 600 da CLT.

## **CLÁUSULA 34 - VIGÊNCIA**

As condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva vigoram pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 01 de março de 2005, não integrando, de forma definitiva, após expirado o prazo de vigência, os contratos individuais de trabalho.

Porto Alegre, 23 de maio de 2005.

### **Sindicato Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade de Caxias de Sul.**

Jair Ubirajara da Silva - Presidente  
CPF: 377.225.810/72

Dr. Alvise Orestes Manfro  
CPF: 017707050/15  
OAB/RS: 4.509

### **Sindicato das Lavanderias e Similares do Estado do RGS**

Joarez Venço - Presidente  
CPF: 445.615.200-15

Dr. Carlos Santana  
CPF: 349418350/54  
OAB/RS 31342